fórum

Revista da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro | nº 65 | ano 21 | janeiro > fevereiro > março de 2021

Não haverá 'compreensão' com corruptos, avisa corregedor Ricardo Rodrigues Cardozo

Desembargador anuncia que primeiro grau terá atenção especial da Corregedoria

AMAERJ

Ação da AMAERJ resulta em lei pró-mulher no Rio

Saiba um pouco mais sobre os novos desembargadores do TJ-RJ

Museu da Justiça programa atividades virtuais no semestre

SEGURO DE VIDA

AMAERJ

CBM Corretora de Seguros

MONGERAL AEGON

Plano especial para os associados da AMAERJ

Benefícios:

- **Morte Natural**
Garante o pagamento do capital segurado aos seus beneficiários

- **Morte por Acidente**
Seus beneficiários recebem, de uma única vez, o dobro do valor contratado para Morte Natural

- **Invalidez por Acidente**
Você recebe até 100% do capital segurado no caso de invalidez permanente total ou parcial

- **Seguro Assistência Funeral**
Garante a realização e o pagamento das despesas com funeral, em caso de morte do segurado ou do seu cônjuge, quando contratada a cobertura casal.

- **Morte do Cônjuge**
Você recebe o capital segurado no caso de morte natural ou por acidente do cônjuge, quando contratado o seguro casal.

Ligue para a CBM - Corretora de Seguros e fale com o consultor Diego Matos: **2224-2599 | 2224-1261 | 99707-8630**

Segurança e amparo para você e sua família! www.cbmseguros.com.br cbm@cbmseguros.com.br Praça Olavo Bilac, 28/209

Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
Presidente da AMAERJ

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PARECE SER UMA CHAGA INDELÉVEL. O fato de acontecer, na maioria dos casos, no lar e cometida pelo próprio companheiro dificulta sobremaneira o resgate da vítima. No entanto, apesar dos obstáculos, precisamos lutar. É fundamental que as instituições sejam firmes no combate a essa prática cruel e repugnante, que destrói famílias.

Desde o início da gestão, a AMAERJ engajou-se em campanhas de defesa das mulheres. Em 2020, a Associação divulgou o vídeo "Magistrados por Elas", no qual juízes e desembargadores homens fazem um alerta direto aos agressores. Nas redes sociais, a AMAERJ publicou fotos de dezenas de magistrados do Rio com o X desenhado na palma da mão, símbolo da campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Lançada pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pelo Conselho Nacional de Justiça, a campanha teve o nosso apoio integral.

Infelizmente, o número de casos de violência doméstica cresceu durante a pandemia do coronavírus. Uma das vítimas foi a colega Viviane Vieira do Amaral. Este crime covarde e bárbaro, ocorrido na véspera de Natal, nos deixou profundamente enlutados. Desde aquele terrível momento, a AMAERJ prestou toda a assistência à família da saudosa magistrada e intensificou o trabalho para proteger as mulheres.

No fim do ano, a Associação lançou a campanha Magistradas contra o Feminicídio. Foram produzidos materiais com fotos e declarações de juízas e desembargadoras do Rio em protesto aos assassinatos de mulheres cometidos por maridos, namorados e ex-companheiros.

Paralelamente às campanhas, a AMAERJ atuou junto aos poderes Legislativo e Executivo. O trabalho de diálogo culminou na Lei Sinal Vermelho, aprovada pela Assembleia Legislativa em fevereiro deste ano e sancionada pelo governo do Estado em março, Mês da Mulher. Seguiremos atuantes para prevenir e combater a violência doméstica e, desta forma, salvar vidas.

Esta pauta fundamental é tema de reportagem da revista **fórum**, assim como as demais ações da entidade neste trimestre. Em reunião com o novo corregedor-geral de Justiça, Ricardo Cardozo, levamos um pleito dos magistrados do interior. A AMAERJ solicitou a publicação de edital para servidores voluntários atuarem nos plantões das Centrais de Audiências de Custódia de Volta Redonda e Campos dos Goytacazes.

Ao presidente da Alerj, André Ceciliano, entregamos o anteprojeto de lei que propõe a reabertura do prazo de migração do Rioprevidência para a RJPrev com benefício especial. Perante o Tribunal, a AMAERJ conseguiu, em março, a prorrogação do ajuste dos critérios de produtividade mínima para fins de cumulação. A flexibilização da mediana foi renovada por seis meses.

O trabalho em conjunto é sempre o melhor caminho. Mais unidos, mais fortes.

Foto: Matheus Salomão

CARO LEITOR,

O DESTAQUE DESTA EDIÇÃO DA fórum É A ENTREVISTA EXCLUSIVA QUE NOS FOI CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR RICARDO RODRIGUES CARDOZO, novo corregedor-geral da Justiça. Não à toa ela é a nossa capa, com bela fotografia do jornalista Matheus Salomão, que visitou o gabinete da Corregedoria.

Nas seis páginas da entrevista, o corregedor fala sobre seus planos e metas. Conta não admitir a prestação do que definiu como "serviço ineficiente", seja por parte de magistrados seja por parte de servidores.

Rodrigues Cardozo expõe suas opiniões e percepções sobre o momento do Judiciário fluminense e faz um alerta incisivo. Não haverá "compreensão" por parte dele e da Corregedoria com casos comprovados de corrupção e de desleixo, que pode se manifestar por meio de faltas persistentes e abusivas ao trabalho, tanto presencial quanto remoto.

Em texto do experiente jornalista Diego Carvalho, especialista nas questões relacionadas ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, temos a oportunidade de saber quais foram as primeiras medidas adotadas pelo desembargador Henrique Figueira ao assumir a presidência da Corte.

O combate ferrenho à violência contra as mulheres é tarefa dos cidadãos de bem, do Poder Judiciário, do TJ-RJ, dos magistrados, dos serventuários, da AMAERJ e dos jornalistas incumbidos do preparo da **fórum**.

Assim, mais uma vez, temos nesta edição reportagem da engajada repórter Evelyn Soares sobre a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, parceria da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Conselho Nacional de Justiça, com apoio inconteste da AMAERJ.

No texto, relatamos que a Sinal Vermelho virou lei no Estado do Rio de Janeiro, a partir de mobilização da AMAERJ e de projeto de autoria da deputada estadual Mônica Francisco. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado com rapidez pelo governador Cláudio Castro.

Esta edição traz, ainda, o perfil dos dois novos desembargadores do Tribunal de Justiça, os magistrados Alexandre Scisinio e Fernanda Arrábida.

Em Cariocando, editoria da **fórum** dedicada a temas de Cultura, Turismo, Esporte e Estante (literatura jurídica), contamos que os países, em razão da pandemia do coronavírus e das restrições às viagens, planejam criar um passaporte internacional de vacinação.

Também apresentamos em Cariocando a programação virtual do Centro Cultural Museu da Justiça, já que as visitações estão impactadas pela expansão da Covid-19 na Região Metropolitana do Rio. Um belo trabalho que propicia as visitas digitais vem sendo desempenhado pela equipe do Centro Cultural.

Esperamos que a leitura desta **fórum** seja, mais uma vez, agradável e informativa.

Sergio Torres,
editor

expediente

Diretoria Executiva

PRESIDENTE
Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
1ª VICE-PRESIDENTE
Teresa de Andrade Castro Neves
2º VICE-PRESIDENTE
Antônio Aurélio Abi Ramia Duarte
SECRETÁRIO-GERAL
Richard Robert Fairclough
1ª SECRETÁRIA
Marcia Alves Succi
2ª SECRETÁRIA
Camilla Prado
1º TESOUREIRO
João Felipe Nunes Ferreira Mourão
2º TESOUREIRO
Felipe Pinelli Pedalino Costa

fórum Amaerj

EDITOR Sergio Torres
REDAÇÃO
Diego Carvalho
Evelyn Soares
Matheus Salomão
Sergio Torres
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Andréa Miranda
DESIGN Wallace Ferreira
CONTATO
revista@amaerj.org.br
IMPRESSÃO Gráfica Mec
TIRAGEM 2.000 exemplares

SEDE DA AMAERJ
Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
CEP 20010-090 | Tel.: (21) 3133-2315

Foto da capa: Matheus Salomão

sumário

nº 65 | ano 21 | janeiro > fevereiro > março de 2021

mensagem do presidente 3

carta do editor 4

palavras ao vento 6

imagem da fórum 8

AMAERJ em movimento 22

Alexandre Scisinio e Fernanda Arrábida são os novos desembargadores do TJ-RJ 28

cariocando 31

turismo
Mundo discute adoção de passaporte internacional de vacinação 34

esporte
Pandemia prejudica planejamento esportivo de associações para 2021 36

estante
Literatura jurídica brasileira apresenta mais cinco novidades 38

Figueira diz que gestão será marcada por parceria com os magistrados 10

entrevista
'Não admito a prestação de um serviço ineficiente'
Ricardo Rodrigues Cardozo 16

Sinal Vermelho se torna lei no Rio 24

cultura
O museu tá on 32

Fotos: TJ-RJ e Matheus Salomão

"O melhor presente que se pode dar às mulheres é garantir que elas possam viver em segurança."

Renata Gil, presidente da AMB, em encontro com o deputado federal Arthur Lira (PP-AL)

"Somos mulheres, e estamos e estaremos de mãos dadas. Mas as soltaremos para lutar contra toda forma de machismo abjeto que acredita que somos sua propriedade e que podem agredir e matar. Queremos os homens ao nosso lado, mas jamais para nos oprimir ou maltratar."

Maria Aglaé Tedesco, juíza do TJ-RJ, no manifesto de repúdio à violência contra a mulher e à morte da juíza Viviane Vieira do Amaral

"A administração será marcada pela serenidade, harmonia e parceria com os magistrados e demais órgãos desta Corte. Conclamo a mantermos o Tribunal em paz e unido, com a observância do respeito a todos e entre todos."

Henrique Figueira, desembargador do TJ-RJ, na posse como presidente da Corte fluminense

"O reconhecimento da existência de um direito ao recomeço garante a tutela da dignidade humana do indivíduo, porque permite-lhe construir uma nova vida, traçar novos planos, pautar a sua existência, dali para diante, em novos valores, sem que isso signifique o apagamento de seu passado."

Jacqueline Lima Montenegro, juíza do TJ-RJ, em artigo sobre 'Direito ao recomeço' publicado no site ConJur

“A ampliação dos direitos das mulheres é o princípio básico de todo progresso social.”

François Marie Charles Fourier, filósofo francês (1772 - 1837)

“Não tenho dúvidas de que a ciência, que agora conta com a tão almejada vacina, vencerá o vírus; a prudência vencerá a perturbação; e a racionalidade vencerá o obscurantismo.
É tempo de valorizarmos as vozes ponderadas, confiantes e criativas que laboram diuturnamente, nas esferas públicas e privadas, para juntos vencermos essa batalha.”

Luiz Fux, presidente do STF, na abertura do Ano Judiciário de 2021

“A Magistratura do século 21 requer profissionais que estejam continuamente se aprimorando para atender aos desafios da prestação jurisdicional.”

Humberto Martins, presidente do STJ, na solenidade de entrega das novas instalações da Enfam

Fotos: TRE-RJ; reprodução e STJ

AO CENTRO DA FOTO, O DESEMBARGADOR HENRIQUE FIGUEIRA assume a presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Foto: Matheus Salomão

Posse reuniu ministros, profissionais do Direito e políticos no plenário

Figueira diz que gestão será marcada por parceria com os magistrados

Prioridades do novo presidente do TJ-RJ são proporcionar boas condições de trabalho e ampliar a tecnologia

por
Diego Carvalho

Foto: Matheus Salomão

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO TEM, DESDE O DIA 5 DE FEVEREIRO, UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO. Empossado 25º presidente da Corte, o desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira pediu a contribuição dos magistrados no biênio 2021/2022.

"Administrar o Tribunal exige esforço conjunto, por isso a participação geral com opiniões e sugestões será essencial. A administração será marcada pela serenidade, harmonia e parceria com os magistrados e demais órgãos desta Corte. Conclamo a mantermos o Tribunal em paz e unido, com a observância do respeito a todos e entre todos", afirmou.

Henrique Figueira chegou ao plenário conduzido pelas desembargadoras Maria Inês Gaspar, Suely Lopes Magalhães, Flávia Romano de Rezende e Denise Nicoll Simões. "Como símbolo de apoio à luta em defesa das mulheres, fiz questão de ser apadrinhado nesta cerimônia por quatro desembargadoras, representando todas as magistradas."

O novo presidente ressaltou que a administração estará na trilha dos novos tempos, "que transportam o Tribunal para o futuro". "Adotar novas tecnologias e proporcionar condições de trabalho com qualidade serão questões prioritárias", disse.

"As administrações anteriores trabalharam em parceria com o Conselho Nacional de Justiça para integrar o Tribunal ao sistema digital de processamento adotado em todo o território nacional, sendo necessário concluir este processo. Propomos uma divisão de funções da Diretoria de Tecnologia, sendo uma área destinada a tratar do PJe e outra a cuidar de nossas necessidades na busca de soluções capazes de auxiliar a prestação jurisdicional, como, por exemplo, o uso de robótica em suporte às ações da Justiça e adoção de aplicativos."

Também tomaram posse os desembargadores Ricardo Rodrigues Cardozo (corregedor-geral da Justiça), José Carlos Maldonado de Carvalho (1º vice-presidente), Marcus Henrique Pinto Basílio (2º vice-presidente), Edson Aguiar de Vasconcelos (3º vice-presidente) e Cristina Tereza Gaulia (diretora-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, a EMERJ).

Estiveram na solenidade os presidentes Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF); Luís Roberto Barroso, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF; Renata Gil, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); e Felipe Gonçalves, da AMAERJ; os ministros Marco Aurélio Bellizze e Antonio Saldanha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o governador Cláudio Castro; o presidente da Assembleia Legislativa, André Ceciliano; o prefeito do Rio, Eduardo Paes; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz.

Número reduzido de juízes e servidores

Além de trabalhar pelo avanço tecnológico, Figueira anunciou que quer ampliar o número de magistrados no Estado. "Nosso Tribunal está com uma falta imensa de juízes, são praticamente 200 vagas em aberto. O concurso, infelizmente, parou por causa da pandemia. Já conversei com a banca organizadora para conseguirmos liberar o concurso."

O presidente ressaltou ser necessário, ainda, preencher vagas de servidores, para prestar

Presidente Figueira disse que a administração estará na trilha dos novos tempos

Figueira foi conduzido ao plenário por quatro magistradas, como símbolo de apoio à luta em defesa das mulheres

melhor jurisdição. "Precisamos muito de profissionais técnicos, ligados à tecnologia, assistência social e psicologia."

Outro objetivo citado pelo desembargador é a redução da quantidade de processos. "Temos cerca de 8 milhões de ações em andamento, 60% são de execuções fiscais. Isso impacta muito a taxa de congestionamento, que precisa melhorar. A tecnologia, evidentemente, vai nos ajudar muito", ressaltou.

"Mas precisamos tomar uma nova linha que acredito muito, que é a mediação. Nossa cultura jurídica é do litígio, da briga, precisamos mudar essa feição. Um acordo feito pelas próprias partes é melhor para todos. Tenho certeza de que será um grande avanço do tribunal."

Figueira pretende, ainda, trabalhar no aspecto social. "O Tribunal tem uma função social relevante. Não é mais possível ter um tribunal enclausurado, é necessário que tenhamos iniciativa também no campo social. Quando atuamos nessa área, estamos minorando problemas que no futuro podem gerar mais processos."

O novo presidente destacou que deseja fazer uma administração unida aos outros Poderes,

Foto: Brunno Dantas/TJ-RJ

"que nos traga bastante harmonia e prosperidade para o nosso Estado. Precisamos conviver em paz para que o progresso finalmente chegue ao nosso Estado do Rio de Janeiro".

Núcleo de Inovação

Uma das primeiras medidas de Figueira foi criar o Núcleo de Inovação do Poder Judiciário (LabLexRio). O objetivo do novo grupo é gerenciar a pesquisa, propiciar a formação de novas ideias, produzir e executar projetos que resultem no uso de novas tecnologias e de inteligência artificial.

O novo ambiente nasce para desenvolver instrumentos e ferramentas que possibilitem aprimorar e dar mais celeridade à prestação jurisdicional. "O Judiciário fluminense entende hoje que a busca por inovação é elemento essencial para garantir ao cidadão uma gestão eficiente e um serviço de qualidade", ressaltou o presidente.

Segundo o magistrado, a incorporação de novos métodos permitirá a redução da carga de trabalho de magistrados e servidores, apontada pelo relatório "Justiça em Números de 2020" como a maior do país entre os tribunais de grande porte. De acordo com o estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os juízes do TJ-RJ têm carga de 21.269 ações, 75% a mais que um magistrado de São Paulo, por exemplo.

Órgão Especial, comissões e juízes auxiliares

Também em 5 de fevereiro, foram empossados os novos integrantes do Órgão Especial. Além dos membros da administração, passaram a integrar o colegiado os desembargadores Luiz Felipe Francisco, Benedicto Ultra Abicair, Carlos Santos de Oliveira, Marília de Castro Neves, Jacqueline Lima Montenegro, Denise Vacari Paes e Maria Helena Martins.

Tomaram posse para integrar a Comissão de Regimento Interno os desembargadores Elton Leme, Teresa de Andrade Castro Neves, Katya Monnerat, Eduardo Gusmão Neto e Sergio Ricardo Fernandes. Os componentes da Comissão de Legislação e Normas são os desembargadores Flávia Romano de Rezende, João Ziraldo Maria, Carlos Eduardo Roboredo, Luiz Roldão Filho e André Luiz Cidra.

Os juízes auxiliares da presidência são Alexandre Teixeira de Souza, Pedro Antonio de Oliveira Júnior, Fernanda Galliza do Amaral, Daniela Bandeira de Freitas e Rafael Estrela Nóbrega. Auxiliam a Corregedoria

Fotos: Matheus Salomão, Brunno Dantas e Luis Henrique Vicent/TJ-RJ

1. Figueira assina o termo de posse, observado pelo ex-presidente do TJ Claudio Mello e pelo governador Cláudio Castro **2.** Cerimônia aconteceu no plenário da Corte **3.** Presidentes do TJ e da AMAERJ

os juízes Fernanda Xavier de Brito, João Luiz Lima, Luis Eduardo de Castro Neves, Luiz Marcio Pereira, Renata Guarino e Ricardo Lafayette Campos.

Na 2ª Vice-Presidência, estão os magistrados Alberto Salomão Junior e Marcelo Oliveira da Silva. Na 3ª Vice-Presidência, Antônio Aurélio Abi Ramia, Fábio Uchoa Montenegro, Juliana Lamar Simão, Leonardo Grandmasson Chaves, Márcia Correia Hollanda, Mario Henrique Mazza e Rosa Maria Maneschy.

Os dirigentes dos Núcleos Regionais são Adriana Ramos de Mello (1º NUR-Capital), Ana Paula Chini (2º NUR- Niterói), Marcelo Machado da Costa (3º NUR-Petrópolis), Mafalda Lucchese (4º NUR-Duque de Caxias), Diego Ziemieck (5º NUR-Volta Redonda), Wycliffe de Melo Couto (6º NUR-Campos dos Goytacazes), Rafael Rodrigues Carneiro (7º NUR-Teresópolis), Carlos Manuel do Souto (8º NUR-Itaguaí), Fernanda Sepúlveda Terra Cardoso Barbosa Telles (9º NUR-Nova Friburgo), Leidejane Chieza (10º NUR-Itaperuna), Fábio Costa Soares (11º NUR-Cabo Frio), Denise de Araújo Capiberibe (12º NUR-Méier) e Juliana Kalichsztein (13º NUR-Barra).

RICARDO RODRIGUES CARDOZO

‘Não admito a prestação de um serviço ineficiente’

O desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo afirma que, antes de punir, dará a chance do acerto

por
Diego Carvalho e Sergio Torres

EM ENTREVISTA À fórum, O NOVO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RICARDO RODRIGUES CARDOZO, ALERTA MAGISTRADOS E SERVIDORES que, em casos de corrupção ou faltas reiteradas, não haverá “nenhuma compreensão”. Mas que o papel do corregedor “não se resume à punição”.

“Não se pode cobrar sem fornecer meios. É neste sentido que tenho orientado meus colaboradores. Só podemos exigir se estivermos do lado do magistrado e do servidor, apoiando na solução dos problemas.”

Afeito a “ideias novas”, Cardozo assegura que o trabalho remoto “veio para ficar” e a rota “para uma Justiça totalmente informatizada” já está em curso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Para o corregedor, a primeira instância “retrata a Justiça”.

“Se não estiver bem, a Justiça também não o estará. Sei, por experiência administrativa pretérita, que magistrados e servidores, na sua maioria expressiva, são dedicados e comprometidos com o trabalho. Portanto, todos merecerão a mais completa atenção, mormente neste momento excepcional, de crise sanitária, política e financeira.”

O corregedor em seu gabinete de trabalho no Fórum Central

Foto: Matheus Salomão

RICARDO RODRIGUES CARDOZO

fórum: Na sua visão, qual o papel do corregedor?

Ricardo Rodrigues Cardozo: Reconheço que a função correcional, a princípio, não é simpática. Quando se pensa num corregedor, comumente a imagem é policialesca, de alguém que anseia por punir. Todavia, seu papel não se resume à punição. Evidente, e não se pode negar, que o corregedor tem sim, entre suas atribuições, a função fiscalizatória e punitiva. Afinal, o que se busca é que todos cumpram seus deveres e obrigações de forma eficiente e correta. Em não ocorrendo, surge a correição que objetiva apurar os fatos e responsabilidades. E, neste aspecto, assento que serei firme, muito firme mesmo, porque não admito a prestação de um serviço ineficiente, seja por parte de magistrados ou servidores. Contudo, existe um outro lado que, necessariamente, impõe uma outra visão. Não se pode cobrar sem fornecer meios. É neste sentido que tenho orientado meus colaboradores. Só podemos exigir se estivermos do lado do magistrado e do servidor, apoiando na solução dos problemas. Neste aspecto, pretendo, antes de punir, oferecer uma oportunidade prévia de acertar, salvo casos graves de corrupção ou reiteração de faltas, para os quais nenhuma compreensão se há de ter.

fórum: O que o magistrado pode esperar da Corregedoria no biênio 2021/2022? O que irá diferir a sua gestão da anterior?

Cardozo: Primeiramente, não diria em diferenciação da gestão anterior. O corregedor Bernardo Garcez deixou um legado positivo. Fez muito e apurou muito. Neste aspecto, nada vai mudar. Recebi uma Corregedoria organizada. Mas não se pode ter compreensão com malfeitos, com ilicitudes, com imoralidades, embora se deva dar a mais total ampla defesa. Isto, juízes e servidores podem esperar. Também podem esperar muito diálogo, um canal aberto permanentemente para ouvi-los. Também gosto muito de ideias novas, principalmente num momento de transição para uma Justiça totalmente informatizada.

fórum: O que pretende fazer para melhorar as condições de trabalho na primeira instância?

Cardozo: Sempre me preocupei com o 1º grau, porta de entrada dos litígios. Digo que o 1º grau retrata a Justiça. Se não estiver bem, a Justiça também não o estará. Sei, por experiência administrativa pretérita, que magistrados e servidores, na sua maioria expressiva, são dedicados e comprometidos com o trabalho. Portanto, todos merecerão a mais completa atenção, mormente neste momento excepcional, de crise sanitária, política e financeira. Embora não se possa esperar que a Corregedoria resolva todos os problemas, podem ter

“Não se pode cobrar sem fornecer meios. É neste sentido que tenho orientado meus colaboradores.”

Para Ricardo Cardozo, o trabalho remoto 'veio para ficar'

Foto: Matheus Salomão

certeza que darei de mim o máximo que puder. Dentro de minhas atribuições, procurarei conferir uma qualidade melhor de trabalho a todos.

fórum: Como a Corregedoria lidará com o número reduzido de servidores?

Cardozo: Este é um ponto crucial. Todos falam da falta de funcionários, contudo, temos que verificar a questão com muito cuidado. Recentemente recebi no meu gabinete os representantes do Sind-Justiça. Tivemos uma boa conversa, este assunto veio à pauta. Lembrei que vivenciamos um tempo de inteligência artificial, processo digitalizado, virtualização. Portanto, a quantidade de servidores que no passado era necessária, talvez hoje não o seja. Isto demanda estudo. Mas não podemos esquecer que, quanto mais forem os servidores, mais custos surgirão e que dificultarão a concessão de melhoras. Registro que não estou falando que não será necessário um concurso, mas temos que agir com cautela, pensando e refletindo sobre estes novos tempos. De qualquer forma, já está em curso um estudo de lotação na Corregedoria.

fórum: O trabalho remoto, fundamental ao Judiciário na pandemia, veio para ficar?

Cardozo: Sim. A pandemia acelerou este processo. Antes sabíamos que um dia viria. Agora, este dia chegou e veio para ficar. Na

RICARDO RODRIGUES CARDOZO

O desembargador posa para fotos na Corregedoria

Corregedoria orientei meus diretores e juízes auxiliares para que formulem rotinas que possam efetivamente tornar permanente este serviço. O que me preocupa é o controle. Tem nos chegado notícias de que o processo à distância tem sido desvirtuado em alguns setores específicos. Alguns alegam não ter computador; outros, a pretexto de serem portadores de comorbidades, aproveitam para ficar em casa, sem trabalhar. Falo genericamente. São casos pontuais que estão sendo apurados. O fato é que tudo será regulado. Pensamos num programa de metas rígidas. Tudo está em estudo.

fórum: O Tribunal do Rio é o mais produtivo do país desde 2009. Por que os magistrados do Rio são tão eficientes?

Cardozo: Porque são comprometidos com a boa e eficiente prestação jurisdicional. Sempre disse que os juízes daqui são dedicados. Há um ou outro que desvirtua na eficiência, mas não se pode, por esses, generalizar e atingir a todos. Em todo setor, em todo serviço, isto acontece. Para esses, vamos verificar o que os torna distantes da média. Se for gestão, vamos proporcionar meios para solucionar os problemas. Se for outro fator, vamos apurar.

fórum: Em entrevista à **fórum** em 2017, o sr. disse que o juiz moderno deveria aprender gestão e ser sensível ao que acontece no mundo à volta. Após quatro anos, houve evolução nestes aspectos?

Cardozo: No pouco tempo à frente da Corregedoria, posso dizer que a questão não evoluiu muito. Ainda existem magistrados que não se afinam com a gestão. A Corregedoria vai agir, embora, primeiramente, buscará fornecer os meios para a solução do problema. O magistrado, seja juiz ou desembargador, não pode se distanciar da gestão. Hoje, a atividade jurisdicional só produz bons resultados se caminhar ao lado da boa gestão. De que adiantará um juiz sério e comprometido com a presteza que se exige para se fazer justiça se, no seu entorno, a gestão dos serviços da sua unidade jurisdicional for caótica. Estamos em tempos da virtualização e temos que refletir seriamente sobre o assunto.

fórum: O sr. é favorável a que os juízes votem para a administração do tribunal?

Cardozo: Questão polêmica. A Associação representa todos os magistrados e me parece não ser posição unânime entre os magistrados o atendimento desta pretensão. Muitos relatam que a experiência no Ministério Público não é boa. Embora seja uma pessoa com espírito democrático, não posso negar que tenho dúvidas sobre se facultar a todos o voto direto é o melhor caminho. Pesa muito nesta apreciação a questão da experiência do magistrado e sua vivência na Magistratura. Por outro lado, o Poder Judiciário não pode se politizar internamente, o que no meu ver ocorrerá necessariamente neste caso. De qualquer forma, a questão pende de apreciação na área legislativa.

“Pensamos num programa de metas rígidas. Tudo está em estudo.”

Foto: Matheus Salomão

AMAERJ busca fortalecer a Magistratura

Entidade trabalha em questões legislativas, previdenciárias, de custódia e de combate à violência doméstica

por **Diego Carvalho**

Juiz-auxiliar da CGJ Luiz Marcio Pereira, corregedor Ricardo Cardozo e presidente Felipe Gonçalves

PLANTÕES DE CUSTÓDIA

Na primeira reunião com o corregedor-geral de Justiça, Ricardo Rodrigues Cardozo, em 24 de fevereiro, o presidente Felipe Gonçalves levou um pleito dos magistrados do interior do Estado. O dirigente da AMAERJ pediu a publicação de novo edital para servidores voluntários atuarem nos plantões das Centrais de Audiências de Custódia (CEACs) de Volta Redonda (Sul Fluminense) e Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense), a exemplo do que já acontece na CEAC de Benfica (Zona Norte do Rio).

PROTEÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Dirigentes da AMAERJ e delegados, entre eles o secretário de Polícia Civil do Estado do Rio, Allan Turnowski, discutiram ações para aprimorar a estrutura e o atendimento às vítimas de violência doméstica. Os juízes Felipe Gonçalves, Richard Robert Fairclough e Juliana Cardoso participaram da reunião, em 7 de janeiro. Depois do encontro, foi disponibilizado às mulheres ameaçadas e vítimas de violência no lar o número de telefone 197, com o objetivo de prestar assistência e impedir feminicídios.

Magistrados e delegados reuniram-se na sede da Polícia Civil do Rio de Janeiro

MAGISTRADAS CONTRA O FEMINICÍDIO

Engajadas na luta contra a violência doméstica, a AMAERJ e a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) lançaram a campanha Magistradas contra o Feminicídio. Por meio de cards e vídeos divulgados nas redes sociais, a Magistratura fluminense externou sua repulsa aos crimes bárbaros que ainda ceifam vidas por questões de gênero na sociedade brasileira. As juízas do Estado clamaram "basta". O material da campanha foi replicado por entidades como as Associações dos Magistrados da Bahia (Amab) e de Sergipe (Amase).

Presidentes das associações estaduais debateram pautas da Magistratura em reunião por videoconferência

PRESIDENTE DA ALERJ RECEBE ANTEPROJETO

Dirigentes das associações de carreiras jurídicas do Estado do Rio de Janeiro trataram da questão previdenciária, em 24 de fevereiro, com o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), André Ceciliano (PT). O presidente Felipe Gonçalves entregou ao deputado o anteprojeto de lei das entidades que propõe a reabertura do prazo de migração do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado) para a RJPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado) com benefício especial. Os representantes conversaram, ainda, sobre a Reforma da Previdência e o Regime de Recuperação Fiscal.

Encontro reuniu presidentes da Alerj, da AMAERJ e das associações dos defensores, do MP e dos procuradores

EXTRATETO, VTM E REFORMAS

O presidente Felipe Gonçalves participou, em 9 de fevereiro, da reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). No primeiro encontro do ano, realizado por videoconferência, os dirigentes definiram estratégias de atuação acerca dos projetos de interesse da classe, como Valorização por Tempo na Magistratura (VTM), extrateto, permuta e reformas administrativas e tributárias. A AMB e as associações estaduais trabalham no Congresso Nacional para que os textos das propostas legislativas correspondam às expectativas da Magistratura.

Projeto pretende se espalhar pelas regiões e cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro

PROJETO-PILOTO

O presidente Felipe Gonçalves e a diretora Juliana Cardoso discutiram com delegados da Polícia Civil e autoridades da Prefeitura de Itaboraí, em 1º de fevereiro, a criação de um núcleo integrado de apoio às mulheres vítimas de violência. O núcleo a ser instalado na 71ª Delegacia de Polícia (DP), em Itaboraí (Região Metropolitana), será o piloto de um projeto que pretende se espalhar pelo Estado. A proposta é que a Polícia Civil atue em parceria com a AMAERJ, as prefeituras e instituições em combate às práticas violentas contra as mulheres.

Fotos: Matheus Salomão, Evelyn Soares, AMB, Diego Carvalho e Sergio Torres

Sinal Vermelho se torna lei no Rio

Articulação da AMAERJ com deputada estadual transforma campanha de combate a agressões em norma para o Estado

por **Evelyn Soares**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODE CONTAR COM MAIS UM INSTRUMENTO LEGAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER. Sancionada pelo governador em exercício do Estado do Rio, Cláudio Castro, em 10 de março, o projeto da Lei 9.201/21 foi concebido pela AMAERJ em dezembro passado. As diretoras Juliana Cardoso e Flávia Melo Balieiro lideraram as tratativas com a deputada estadual Mônica Francisco (PSOL).

A inspiração primordial foi a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, parceria entre a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A baixa no número de denúncias de violência doméstica nos primeiros meses do isolamento social acendeu o alerta e motivou a criação de um novo local de denúncia – as farmácias. A ação se popularizou pelo país, e o X vermelho na palma da mão ainda é o sinal silencioso das vítimas que pedem socorro.

"A campanha foi abraçada pela sociedade civil, mas entendemos que, em momento posterior, seria necessária a entrada dos Poderes. O atendimento a estas mulheres precisaria seguir protocolos básicos, o que exigiria um embasamento legal", analisa Flávia Balieiro, diretora adjunta e de Assuntos Legislativos da AMAERJ.

O Distrito Federal foi pioneiro na normatização da campanha. Publicado em novembro de 2020, o texto ampliou para repartições públicas, condomínios, hotéis e supermercados os locais em que as vítimas podem pedir ajuda. O projeto estava de acordo com a realidade da violência doméstica nacional. Após adaptações, serviu como base à proposição apresentada pela AMAERJ à deputada Mônica Francisco, em novembro.

O Projeto de Lei 3.457/2020 foi protocolado em dezembro de 2020. O texto que institui o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho no Estado recebeu apoio de cinco comissões da Alerj, passou por oito emendas e recebeu substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça antes de ser aprovado pelo plenário, em 17 de fevereiro.

Magistrados encontram o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT)

Deputada estadual Mônica Francisco (PSOL) é a autora da lei

A medida estabelece que a mulher vítima de violência diga "sinal vermelho" ou sinalize o pedido de ajuda expondo um X na mão. Ao identificar o pedido de socorro, o atendente do estabelecimento deverá anotar o nome da vítima, endereço e telefone e ligar imediatamente para o número 190, da Polícia Militar. Sempre que possível, a vítima será conduzida, de forma sigilosa e com discrição, a um local reservado para aguardar a chegada da autoridade de segurança pública.

"É fundamental unir esforços do Legislativo e do Judiciário, adicionando o Executivo."

Deputada **Mônica Francisco**

O Poder Executivo poderá promover ações a fim de viabilizar a construção de protocolos de assistência e segurança às mulheres, devendo integrar medidas a serem aplicadas no momento em que a vítima efetuar o pedido, mesmo que impossibilitada de informar dados pessoais. Além disso, deverá organizar campanhas para garantir o acesso das vítimas e da sociedade civil às medidas de proteção.

A articulação com as magistradas representa, para Mônica Francisco, a relevância do diálogo entre os Poderes. "É fundamental unir esforços do Legislativo e do Judiciário, adicionando o Executivo, para atingirmos os objetivos. Os Poderes constituídos precisam responder para a sociedade, em construção coletiva, até como forma de consolidar o Estado Democrático de Direito", afirmou a deputada.

Mônica explicou que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro já estava atenta à mitigação dos casos de violência doméstica. A Lei 8.967/20, assinada pelo governador em agosto passado e de autoria da deputada, determina que condomínios, conjuntos habitacionais, associações de moradores e organizações variadas afixem cartazes sobre os serviços ativos de atendimento às mulheres durante a pandemia.

Fotos: Matheus Salomão e divulgação

Sancionado no mês seguinte, a Lei 9.014/20 dispõe sobre a comunicação de ocorrência ou indícios de violência doméstica em condomínios durante a quarentena ou isolamento social.

VIOLÊNCIAS E ESPERANÇA

Diretora de Acompanhamento das Políticas de Atendimento à Mulher e das Varas de Violência Doméstica da AMAERJ, a juíza Juliana Cardoso recebeu em sua jurisdição, em Itaboraí (cidade na Região Metropolitana), a primeira denúncia da campanha Sinal Vermelho no Estado do Rio. A mulher publicou foto com o X vermelho no Stories do WhatsApp e uma prima, que compreendeu o pedido de socorro, fez a denúncia. O agressor foi detido; a vítima, resgatada.

Esta primeira experiência evidenciou a dimensão da campanha à magistrada, além do entendimento de que transformá-la em norma "dá mais consistência à iniciativa. Quando foi desenhada pela AMB e pelo CNJ, ela tinha uma estrutura mínima junto às farmácias, que foi ampliada pela lei." Juliana defende o diálogo com as empresas a fim de elucidar dúvidas e capacitá-las para que os funcionários compreendam a relevância do seu papel nesta luta.

O movimento iniciado pela AMAERJ para mudar a realidade da violência endêmica contra a mulher no Estado coincidiu com o assassinato da juíza Viviane Vieira do Amaral, na véspera de Natal de 2020. A resposta das magistradas fluminenses foi imediata. Em janeiro, o TJ-RJ criou o Cogen (Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Apoio às Magistradas e Servidoras no âmbito do TJ-RJ), composto por 12 magistradas. De forma independente, foi criado o Coletiva de Magistradas pela Igualdade, liderado pela também juíza Adriana Ramos de Mello. O grupo se reuniu com o governador, quando foi elaborado um pacto estadual de enfrentamento à violência contra a mulher.

"[O feminicídio da juíza] Foi uma brutalidade que chocou a todos na Magistratura do Rio e que trouxe à baila a evidente realidade do machismo estrutural. O processo de conscientização e mudança, de estruturar políticas de proteção das mulheres e de igualdade entre os gêneros, leva tempo", disse a juíza Flávia.

Juliana Cardoso, que integra o Cogen, refletiu sobre a mudança de paradigmas a ser enfrentada. "A igualdade de gênero é importante porque a forma como a mulher é tratada e vista hoje reflete diretamente na violência contra ela. Uma sociedade verdadeiramente plural precisa de representatividade em todas as esferas."

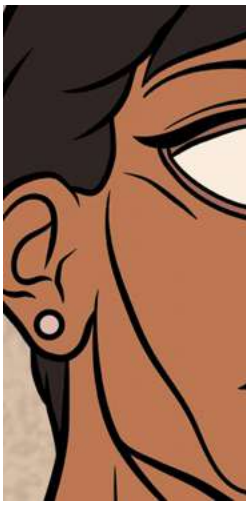
A deputada Mônica Francisco destacou que a natureza fria dos números "ajuda a entender um comportamento naturalizado na sociedade brasileira, de violação dos corpos das mulheres. Por isso é fundamental existir projetos e leis como esta."

Para Adriana Mello, a formulação da lei é um mecanismo valioso no enfrentamento à violência de gênero. "É um grande avanço, com a aprovação dessa importante lei, haver mais um canal de denúncia para as mulheres. Muitas mulheres sentem medo e vergonha em procurar os canais oficiais. Quanto mais ajuda, melhor para auxiliar neste momento de pandemia", declarou.

Com o sancionamento da Lei do Código Sinal Vermelho, a expectativa da autora do texto é que as redes institucionais sejam reforçadas e que, além de orçamento para a efetivar a defesa das mulheres, haja facilidade para a denúncia e uma conscientização coletiva. "Que elas se mantenham vivas, sãs e a salvo. Que possam ter autonomia para trabalhar, viver, cuidar da sua própria vida sem serem violadas por isso ou mortas somente por serem mulheres."

"Uma sociedade verdadeiramente plural precisa de representatividade."

Juíza **Juliana Cardoso**



Frames do curta 'Sobre Ela'

CULTURA PARA QUEBRAR CICLOS

Um encontro mágico, uma troca de olhares arrebatadora, o primeiro beijo num cenário de sonhos. O encanto inicial do relacionamento se quebra com cenas de ciúmes e violência. A história do casal sem nome do curta "Sobre Ela" resume, em cinco minutos, o ciclo da violência doméstica. Direção, roteiro e trilha sonora do filme premiado em festivais internacionais, que gerou um livro, são do desembargador **Wagner Cinelli**.

Membro da 17ª Câmara Cível do TJ-RJ, o magistrado tem uma longa história com as artes. Por incentivo do pai, começou no piano aos 6 anos e no violão aos 13, quando descobriu seu maior interesse na música: a composição. O Direito veio para facilitar a entrada na diplomacia, carreira que não chegou a seguir. Cinelli advogou e, ao perceber a vocação de manter-se neutro nas disputas, fez concurso e ingressou na Magistratura do Rio aos 28 anos.

Em 1993, assumiu a 2ª Vara Criminal de Petrópolis, Três anos depois notou a chegada de casos de violência doméstica antes esquecidos em prateleiras de delegacias. A mudança veio com a Lei 9.099/1995, "que trouxe para a vista do juiz os crimes antes escondidos".

Cinelli conciliou os quase 30 anos de Magistratura com a carreira musical. Gravou discos e, nos últimos anos, passou a filmar clipes das canções de temas sociais. A primeira foi "Kekere", que trata de memória social, escravidão e discriminação racial. A seguinte, "Acaiaca", aborda uma lenda indígena de Diamantina (MG).

Da experiência em Petrópolis veio o interesse por temas de interesse social. Nasceu ali o primeiro roteiro de Cinelli, em abril de 2019. O projeto parou três meses até entrar em produção de desenho, design de som e música. Foram cerca de dez meses para completar a animação em 2D, um trabalho minucioso. Um exemplo é a coloração, cuja escala foi propositalmente invertida: o passado colorido se choca com o presente em preto e branco.

Inscrito em festivais internacionais, o curta foi selecionado em 20. Até o fim de março, venceu o americano New York Movie Awards, o alemão New Wave Short Film Festival, o britânico Screen Power Film Festival e o italiano Milan Gold Awards.

O livro "Sobre Ela: uma história de violência" começou a ser escrito após o roteiro. O projeto parou até abril do ano passado. Cinelli se viu impelido a retomá-lo na pandemia pelo alerta de aumento de casos de violência doméstica.

"Queria contar a história de um jeito que fosse interessante para qualquer pessoa. A violência é aprendida e reproduzida. O desafio é quebrar esse ciclo. Não basta punir, mas prevenir a partir da educação e da cultura", disse o magistrado. Editada pela Gryphus, a obra está disponível para venda em site e livrarias.

Fotos: Matheus Salomão e divulgação

Os desembargadores Alexandre Scisinio e Fernando Arrábida ladeados pelos cônjuges

Alexandre Scisinio e Fernanda Arrábida

TJ-RJ escolhe em votação do Órgão Especial os novos desembargadores

por **Sergio Torres**

O ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO VOTOU em 25 de janeiro a promoção dos juízes Alexandre Scisinio e Fernanda Arrábida ao cargo de desembargador. Foi a primeira nomeação de desembargadores neste um ano de pandemia. A cerimônia aconteceu por videoconferência.

A sessão teve a presença do presidente da AMAERJ, Felipe Gonçalves. Scisinio foi promovido por aclamação (critério de antiguidade) na vaga da desembargadora Odete Knaack de Souza, que aposentou-se. Promovida por merecimento, Fernanda substitui a desembargadora Nilza Bitar, recém-aposentada.

O então presidente do TJ, Claudio Mello, discursou. "Os empossados, sem dúvidas e sem favor, são magistrados de sólida formação humanística e, ao longo de suas trajetórias na primeira instância, prestaram a jurisdição com notória e impressionante dedicação."

Os escolhidos foram levados ao púlpito do Órgão Especial por dois colegas. Scisinio, pelos desembargadores Renata Machado Cotta e Peterson Barroso Simão. "É uma grande satisfação, depois de 28 anos na Magistratura. É uma honra, uma nova fase da vida", disse.

Fernanda foi conduzida pelos desembargadores Antonio Jayme Boente e Milton Fernandes de Souza. Ela trocou a Engenharia Civil, que cursara por três anos e meio, pelo Direito. Ao concluir o curso, rememorou, sua mãe a questionou se retornaria à antiga faculdade. Ela respondeu: "'Não, me apaixonei pelo Direito e este amor ainda não terminou'. Até hoje vibro com o trabalho, com a nossa missão de fazer justiça".

QUEM SÃO

Alexandre Eduardo Scisinio

INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 1992.
ATUAÇÃO: Comarcas de Vassouras, Paty do Alferes, Miguel Pereira, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Cabo Frio.
ÚLTIMO POSTO ANTES DE ASSUMIR O CARGO DE DESEMBARGADOR: titular da 9ª Vara Cível de Niterói.
PÓS-GRADUADO em Direito Social e de Empresa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fernanda Fernandes Coelho Arrábida Paes

INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 1993.
ATUAÇÃO: Comarcas de Nova Friburgo, Duque de Caxias e Méier (Capital).
ÚLTIMO POSTO ANTES DE ASSUMIR O CARGO DE DESEMBARGADORA: Juíza de Direito de Entrância Especial Substituta de Segundo Grau.
PÓS-GRADUADA em Direito da Investigação Criminal e da Prova pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal).

Foto: Evelyn Soares

AMAERJ

10º PRÊMIO AMAERJ PATRÍCIA ACIOLI DE DIREITOS HUMANOS

CATEGORIAS:

- ✓ PRÁTICAS HUMANÍSTICAS
- ✓ REPORTAGENS JORNALÍSTICAS
- ✓ TRABALHOS ACADÊMICOS
- ✓ TRABALHOS DOS MAGISTRADOS

INSCRIÇÕES A PARTIR DE JUNHO

www.amaerj.org.br/premio

APOIOS: PJERJ EMERJ ALERJ

PATROCÍNIOS: HARPIA FUNDING Bradesco Carrefour ANOREG/RJ Firjan SESI Multiplan

AMAERJ

CONVÊNIOS

Associado, conheça os convênios que a AMAERJ mantém.

Nas instituições conveniadas você tem direito a descontos e promoções.

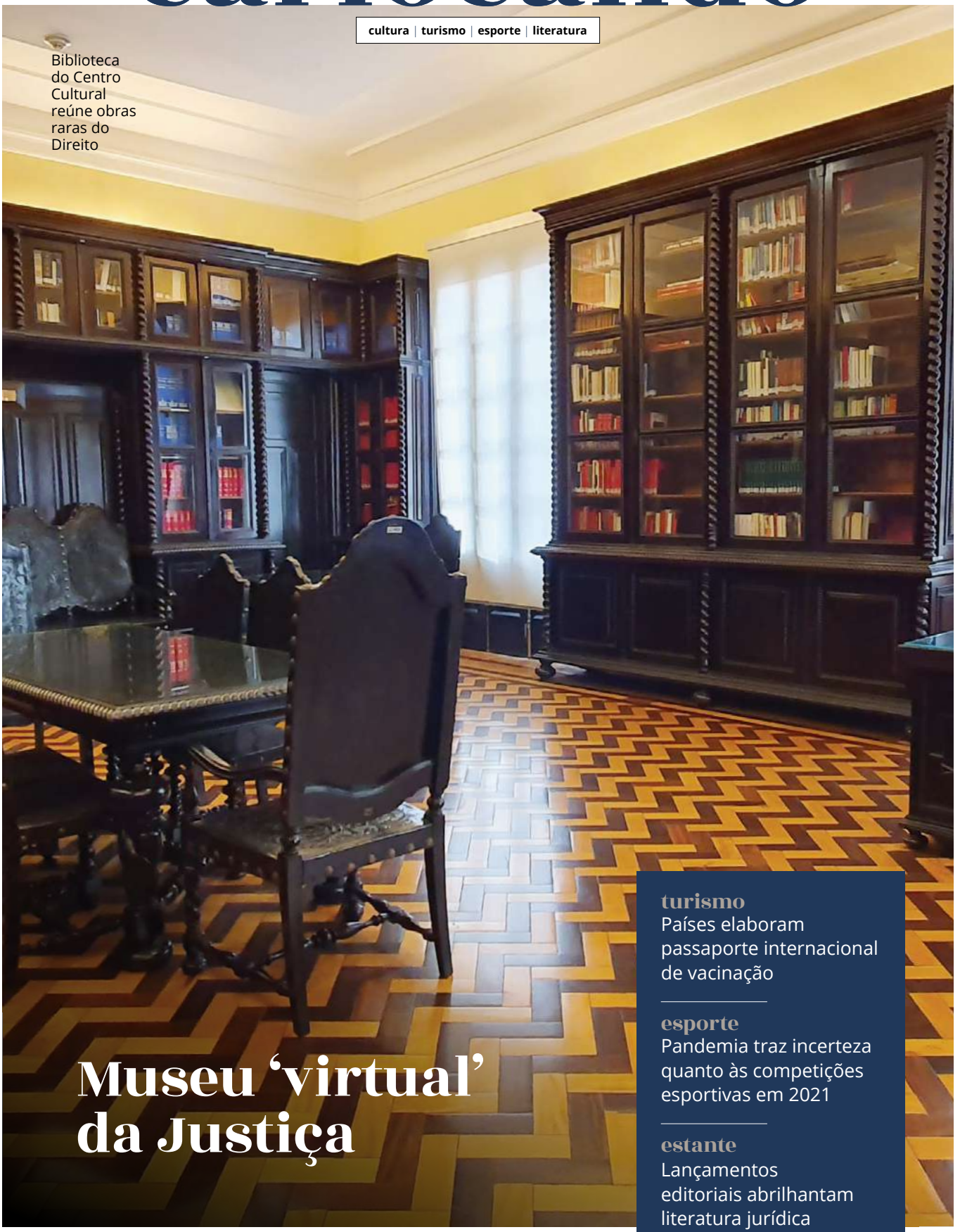
APROVEITE!

Saiba mais sobre os convênios da AMAERJ na pág. 39

www.amaerj.org.br

cariocando

cultura | turismo | esporte | literatura



Biblioteca do Centro Cultural reúne obras raras do Direito

Museu 'virtual' da Justiça

turismo
Países elaboram passaporte internacional de vacinação

esporte
Pandemia traz incerteza quanto às competições esportivas em 2021

estante
Lançamentos editoriais abrilhantam literatura jurídica

Foto: Matheus Salomão

1

2

O MUSEU TÁ ON

Equipes do CCMJ se mobilizaram para transpor programas, acervo e exposições ao mundo virtual

por **Evelyn Soares**

NO INÍCIO DE MARÇO DE 2020, O CCMJ (Centro Cultural Museu da Justiça), no Centro do Rio, inaugurou a exposição "Nossa Luta: a perseguição aos negros durante o Holocausto". No dia 16, os totens no Salão dos Passos Perdidos deixaram de ser visitados, assim como todo o prédio de 1926. O esvaziamento sem precedente na história do espaço cultural decorreu da pandemia.

A reinvenção começou logo depois: a agenda de exposições, peças e concertos foi, de forma experimental, substituída por programação virtual. Sergio Sydow, diretor do CCMJ desde 2019, explicou que, em abril, o primeiro programa a se tornar online foi "Do Direito à Literatura – Encontros Literários Interdisciplinares". O clube de leitura serviu como laboratório para que outros trabalhos se desenvolvessem no ambiente remoto.

A seguir, o CCMJ organizou a Visita Virtual ao Palácio no Rio, em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário, celebrado em 10 de maio. Três visitas ao Antigo Palácio da Justiça do Rio levaram ao público, em casa, as histórias e os detalhes museológicos, arquitetônicos e culturais.

"Foi um sucesso, pois nos primeiros meses de pandemia as pessoas estavam praticamente confinadas em casa e gostaram muito dos vídeos. A partir destas experiências, virtualizamos todos os programas presenciais, inclusive exposições. A inovação, a reinvenção e a reconexão com o público foram muito rápidas. A equipe do CCMJ compreendeu o desafio e se dedicou ao máximo, aprendendo novas tecnologias e criando programas", explicou Sydow.

PROGRAMAÇÃO DO CCMJ

Veja a programação completa do CCMJ neste link http://ccmj.tjrj.jus.br/web/ccmj ou

A grade cultural online, "CCMJ com Você", está disponível no site da instituição. Três programas têm transmissão ao vivo: o Clube de Leitura, o Sarau das Musas (dedicado à poesia) e o "Conversas:

1. Tribunal Pleno do antigo Palácio da Justiça
2. Salão Nobre do Centro Cultural Museu da Justiça
3. Quadro retrata o artista plástico e desembargador Deocleciano Filho

reflexões e ações no enfrentamento à violência", que busca motivar as pessoas para a prevenção da violência contra a mulher.

"Fazendo Arte por Toda Parte", curso de pintura orientado pela artista plástica Isabela Francisco, é exibido semanalmente no YouTube. O projeto foi criado em parceria com a juíza Juliane Beyruth de Freitas Guimarães (Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de São Gonçalo) para crianças abrigadas e em cumprimento de medidas socioeducativas.

Alimentar a nova realidade virtual fez o CCMJ resgatar materiais só acessados por sua equipe e pesquisadores. Um exemplo é o "História Oral", projeto que há 16 anos filma depoimentos de magistrados e convidados com o fim de preservar a história recente do Judiciário. A série online foi aberta com o desembargador Sylvio Capanema, morto em junho. Na série "Música no Museu", concertos de pianistas e grupos musicais são postados no YouTube.

No "Objetos que contam histórias", a Reserva Técnica selecionou quatro componentes do acervo com o objetivo de detalhar sua importância para a Justiça: o contador, o capelo, a máquina de escrever e a pintura.

O acesso ao acervo do Museu também teve que ser ajustado aos novos tempos. Antes, o atendimento era presencial ou remoto. Sem as visitas, a equipe anotou pedidos, digitalizou e disponibilizou cópias digitais de documentos históricos no portal do CCMJ.

A ampliação do acesso ao Centro Cultural foi evidente. Cerca de 24 mil pessoas visitavam o Museu por ano, a maioria delas presencialmente. Em 2020, houve 1.1917 visitas nos primeiros meses do ano e 76.713 virtuais. O diretor fala da relevância da cultura na pandemia.

"As equipes de saúde têm papel fundamental na linha de frente de combate à pandemia. Mas devemos nos lembrar dos artistas, historiadores... Seus trabalhos ajudaram muitos a manter a saúde mental enquanto confinados. Como museu, tivemos o desafio de inovar e nos reinventarmos e aproveitar o acesso que a tecnologia dá para levar nossa história e memória às pessoas."

O ESCULTOR DA JUSTIÇA

Nascido em 1906, Deocleciano Martins de Oliveira Filho ingressou na Magistratura do então Distrito Federal em 1946 e foi promovido a desembargador em 1965. Sete anos depois, aposentou-se. O desembargador dividiu seus talentos entre o Direito e as artes plásticas. Com frequência somava essas paixões em suas obras.

Cinco esculturas de autoria do magistrado estão distribuídas pelo TJ. "Lei", "Justiça" e "Equidade" ornamentam o entorno do Tribunal, na Avenida Erasmo Braga. Nos corredores do TJ e do CCMJ, é possível admirar seus retábulos, série de 44 **relevos em madeira inspirados nas parábolas do Novo Testamento**, da Bíblia.

É possível conferir a obra completa do desembargador na mostra virtual "O Escultor da Justiça – Um olhar artístico sobre Deocleciano" no site do CCMJ.

Fotos: Matheus Salomão

1

Mundo discute adoção de passaporte internacional de vacinação

Anvisa integra grupo de estudos da medida criado pela OMS

por **Sergio Torres**

UM DOCUMENTO DE VALIDADE INTERNACIONAL COMPROVATÓRIO DE QUE SEU PORTADOR ESTÁ VACINADO CONTRA A COVID-19. A medida deverá ser implantada ainda este ano nos principais países da Europa, Ásia e América do Norte.

No Brasil, a Agência Nacional de Segurança Sanitária (Anvisa), do governo federal, participa do grupo de trabalho instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para analisar a criação do certificado internacional.

O já batizado passaporte de vacinação – físico e/ou digital – já está em estudos avançados nos Estados Unidos. Na tentativa de diminuir os efeitos trágicos da pandemia do coronavírus, o presidente Joe Biden determinou às agências governamentais o levantamento da viabilidade do vínculo dos certificados de imunização aos documentos tradicionais de vacinação.

Em fevereiro, o tema foi discutido em reportagem de grande repercussão publicada pelo jornal norte-americano "The New York Times". Na Europa, a Dinamarca anunciou que, ainda neste semestre, lançará um passaporte digital para que seus cidadãos,

2

3

1. Precauções em Heathrow, aeroporto londrino
2. Detalhe de recipientes e seringa da vacina anti-Covid
3. Barreira sanitária no aeroporto de Campo Grande (MS)

em viagens ao exterior, consigam provar que já foram vacinados.

A Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) se antecipou aos governos e desenvolveu passes digitais de viagem, já em processo de adoção pelas companhias aéreas asiáticas Etihad e Emirates. A entidade representa 290 empresas de aviação, que representam 82% do tráfego aéreo global.

Seja em formato de carteira sanitária, certificado governamental ou em aplicativo, o passaporte terá o objetivo de comprovar que a pessoa está vacinada contra a Covid-19. Em debate no momento pelas autoridades sanitárias e diplomáticas dos países está a aceitação internacional do comprovante.

A empresa de informática e desenvolvimento tecnológico IBM está desenvolvendo um passe digital de saúde. Além de prova de vacinação, o documento pretende reunir laudos de exames negativos, o que permitiria ao portador o acesso não só a aviões, mas a espaços de frequências de público, como estádios, teatros, cinemas, escolas e sedes de trabalho.

No Brasil, as agências de turismo acompanham o processo de elaboração do documento de vacinação contra o coronavírus. Ouvido pela "Folha de S. Paulo", o vice-presidente da Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), Edson Romão, afirmou que "a vacina é a única cura para a economia do turismo".

Para o dirigente empresarial do setor turístico, a tendência é que documentos do tipo sejam exigidos em viagens internacionais.

Um dos pontos em discussão, antes do emprego do certificado, é a eficiência das vacinas nos casos de contaminações assintomáticas. E ainda a possibilidade de veto de determinado país a uma vacina aplicada no viajante em sua nação de origem. Um exemplo é a vacina Coronavac, fabricada na China. Ela foi aprovada no Brasil, depois de alguma polêmica, mas não nos Estados Unidos.

Uma das questões que deverão ser discutidas em fóruns internacionais é a aceitação pelo país apenas das vacinas aprovadas por suas agências regulatórias. Isso abre a expectativa de adoção de certificados diferentes para cada vacina. O que, certamente, vai complicar ainda mais a vida do turista que aguarda com ansiedade a retomada da normalidade nas viagens internacionais.

Sem falar no impacto da pandemia no setor turístico internacional, que já acumula, em pouco mais de um ano, um prejuízo estimado em US$ 3 trilhões. Quanto mais demoram medidas de sucesso contra a pandemia, mais aumenta o prejuízo.

Por fim, o passaporte de vacinação eliminaria a exigência que a grande maioria dos países faz a seus visitantes: o cumprimento de quarentenas que por vezes demoram 15 dias. Vamos admitir que nada deve ser pior do que passar as duas primeiras semanas de férias preso dentro de um quarto de hotel. Com o documento comprobatório da vacinação, a quarentena poderá vir a ser abolida ainda este ano.

Fotos: Reprodução

Pandemia prejudica planejamento esportivo de associações para 2021

Magistrados esportistas têm dificuldades para se exercitarem

por **Matheus Salomão**

COM UM CENÁRIO INCERTO EM RELAÇÃO AO FIM DA PANDEMIA E À VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, 2021, como foi 2020, não terá competições esportivas promovidas pela AMAERJ e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Mesmo com o início da vacinação no país, no último dia 17 de fevereiro, o planejamento esportivo das associações está comprometido pela preocupação das entidades com a saúde de seus associados.

Em 2020, a crise na área da saúde provocada pela pandemia do novo coronavírus resultou em cancelamentos e adiamentos de diversas atividades esportivas.

Competições como os 9º Jogos Nacionais da Magistratura não aconteceram no último ano. O tão aguardado evento multiesportivo dos magistrados foi cancelado pelo Conselho Executivo da AMB, em cumprimento ao Estatuto da entidade.

Para 2021, com a vacinação e a tão ansiada adaptação ao novo normal, a esperança de retomada dos eventos esportivos poderia existir, mas, a onda crescente do vírus no país impede a programação de atividades coletivas até o final do ano.

Acerca da programação da AMB para 2021, o diretor de Esportes, Marcus Vinicius Gouvêa Quintas, contou que "em fevereiro, o Conselho Executivo da AMB decidiu que, em razão da pandemia e ainda da falta de previsão do termino da vacinação, nada seria marcado".

"Seria temerário realizar alguma programação, assumir compromissos e despesas quando ainda há o risco de elas não poderem ser realizadas. Isso acarretaria um grande prejuízo para entidade e associados", acrescentou.

De acordo com Quintas, "a diretoria entendeu que seria mais prudente não marcar nada por enquanto".

A decisão do Conselho Executivo foi submetida ao Conselho de Representantes (integrado pelos presidentes das associações filiadas à AMB), cujos dirigentes a referendaram.

O diretor de Desportos da AMAERJ, juiz Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos, da 6ª Vara Cível de Duque de Caxias (cidade no Grande Rio), considera que as competições esportivas de magistrados

Conselhos Executivo e de Representantes da AMB vetaram os Jogos Nacionais neste ano

O atletismo **(1)**, o voleibol **(2)** e o futebol **(3)** são esportes das "olimpíadas" da Magistratura brasileira
4. Juiz Ricardo Starling, diretor da AMAERJ

1

2

3

4

da AMB e da AMAERJ são uma "importante forma de incentivo ao convívio associativo de maneira saudável", mas que, em razão da pandemia, "estão suspensas por tempo indeterminado como medida de proteção aos associados".

O juiz ressaltou a dificuldade que o isolamento trouxe para a realização de eventos esportivos, mas destaca a importância de o magistrado manter a prática da atividade física mesmo que de forma individual.

"Tem sido muito difícil lidar com essa pandemia. Os riscos impuseram distanciamento social e, em muitos casos, a paralisação das atividades físicas, tão importantes para a saúde, inclusive mental. Para quem parou, a dica é não esperar a disposição voltar para recomeçar a se exercitar. Primeiramente é preciso retomar as atividades e continuar, porque a disposição segue a ação", disse.

Starling Barcellos prevê que as competições de magistrados retornarão em algum momento, quando houver segurança para a população e, em consequência, para todos os associados.

"Com o início da vacinação, surge a esperança de retomá-las em breve. Parece que já é hora de recomeçar ou intensificar a prática de atividades físicas e esportivas, desde que com segurança, seja para lidar melhor com as imposições da pandemia, seja para se preparar para as futuras competições promovidas por nossas associações, seja para manter a saúde a fim de encarar os desafios da profissão."

"Não existe fórmula mágica. A receita é encarar o desafio", concluiu o diretor de Desportos da AMAERJ.

Fotos: Matheus Salomão e AMB

Literatura jurídica brasileira apresenta mais cinco novidades

Livros reúnem textos do desembargador Cinelli e do advogado José Roberto de Castro Neves, entre outros autores

por **Matheus Salomão**

SOBRE ELA: uma história de violência
A obra é de autoria do desembargador **Wagner Cinelli** e apresenta uma abordagem interdisciplinar, não focada apenas no contexto jurídico da violência doméstica. O objetivo do autor é proporcionar uma leitura agradável a qualquer pessoa, não só àquelas vinculadas ao Direito. O tema é tratado a partir da desigualdade de gênero que marca as sociedades no tempo e no espaço, com especial atenção à cultura. O livro aborda, também, a evolução legislativa, os programas e as políticas públicas desenvolvidos no Brasil. **Editora:** Gryphus

COMENTÁRIOS À LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA – Lei 11.101/2005 de acordo com a Lei 14.112/2020
Com autoria do juiz **Daniel Carnio Costa**, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do TJ-SP, e do advogado **Alexandre Nasser de Melo**, a publicação destaca-se pela maneira direta, clara e de viés pragmático com que os dispositivos legais são comentados. O acesso aos conteúdos também ocorre de maneira interativa, por meio de QR Codes inseridos em cada artigo da lei, que direcionam o usuário para a plataforma JuruáDocs. **Editora:** Juruá

CONSTITUCIONALISMO E TRABALHO: Estudos
Escrito pelos procuradores-chefes do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro **Fabio Goulart Villela** e **João Batista Berthier**, o livro aborda estudos sobre a conexão existente entre os princípios tradicionais do Direito do Trabalho e a tutela que a Constituição da República confere ao valor social do trabalho. **Editora:** Autografia

O ESPELHO INFIEL: Uma história humana da arte e do Direito
O advogado **José Roberto de Castro Neves** mostra neste livro haver muito em comum entre arte e Direito. Ambos são expressões de nossa humanidade que, ao longo da história, se tocaram de maneira instigante, rendendo anedotas e controvérsias memoráveis. Com linguagem simples e direta, que nos conduz por diferentes fases da humanidade, os episódios ampliam os horizontes intelectuais e estéticos do leitor, a fim de que conheça melhor a magnanimidade do espírito humano. **Editora:** Nova Fronteira

QUESTÃO ANIMAL E SEU ACESSO À JUSTIÇA: Um paradoxo no Direito
O livro tem autoria da professora universitária **Lúcia Frota Pestana de Aguiar**. Ela apresenta o paradoxo da natureza jurídica do animal na lei brasileira. A autora busca obrigar o leitor a sair de sua zona de conforto e a se reposicionar diante de sua própria animalidade. **Editora:** GZ

Fotos: divulgação

AMAERJ

CONVÊNIOS

Associado, conheça os convênios que a AMAERJ mantém.

Nas instituições conveniadas você tem direito a descontos e promoções.

APROVEITE!

www.amaerj.org.br

prime.bradesco /bradescoprime bradescoprime
Fone Fácil Prime: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

Investimentos.

Quer ampliar suas opções?

No **Prime**, você tem assessoria especializada e uma plataforma completa de investimentos.

Invista com quem conhece você.

Consulte seu Gerente de Relacionamento ou, se preferir, fale com um dos nossos especialistas: 4020-1414*

Leo Burnett TM

bradesco
prime

Autorregulação ANBIMA
Distribuição de Produtos de Investimento

Renda variável: o mercado de renda variável pode levar a perdas patrimoniais. Consulte os riscos da operação e a compatibilidade com o seu perfil antes de investir. Material de divulgação. LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito - FGC. *Telefone para capitais e regiões metropolitanas. Para demais localidades, ligue para 0800 804 1414 - Dias úteis, das 8h às 20h - horário de Brasília.